

## FORMAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - NÍVEL MASTER

HERICKS, Ane Elise<sup>1</sup>  
FELLINI, Dinéia Ghizzo Neto<sup>2</sup>

### RESUMO

Diante de documentos internacionais como a "Educação para todos" de Jomtien, em 1990 e a Declaração de Salamanca, em 1994, cujo os princípios nortearam o direito de todos a educação e a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) no âmbito escolar, consideravelmente, os países delinearão propostas de combate à exclusão social e escolar. A deliberação desses documentos contribuiu para a criação de leis complementares, logo, a possibilidade de ingresso nas universidades e no mercado de trabalho foi sendo delineada. As Cotas, aprovada legalmente, formalizou e obrigou as instituições de ensino a ofertarem vagas. Com isso, observou-se na área da surdez, uma crescente procura de profissionais habilitados na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois com a oficialização da língua em 2002, pela Lei 10.436, o acesso dos surdos as informações, requeria e requer a atuação desses profissionais em várias áreas, acarretando uma crescente oferta de cursos na área da Libras. Considera-se que a aquisição desta língua exige inúmeros aspectos que não estão apenas atrelados a língua em si, mas a outros elementos necessários para a real formação desses profissionais, com tal exigência, os cursos foram se desfragmentando e atualmente, constata-se poucos na área. Sendo assim, a ação aqui proposta é uma continuidade de uma capacitação já desenvolvida nos anos de 2017-2018 na cidade de Medianeira-PR, que totalizou 80 horas de formação, este comporta 40 horas. A população desse projeto são pessoas que desejavam aprender a língua e posteriormente, fazer a prova de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS). Neste projeto ainda em execução, estão inscritos 15 participantes, todos conhecedores da Libras e com objetivo de atuar na área. O principal objetivo deste projeto é possibilitar formação avançada na língua e assim, oportunizar aos inscritos, condições de realizarem a avaliação para TILS.

**Palavras-chaves:** Curso, atuação, Libras, formação, TILS.

### 1 INTRODUÇÃO

Com o movimento em prol da inclusão, visar formações que atendam a demanda de alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação tornou-se uma necessidade. Sendo assim, aumentaram o número de cursos e especializações na área. Na área da surdez não seria diferente e observamos que embora tenha cursos de Libras sendo ofertados em instituições voltadas a escolarização de alunos surdos, ainda é escasso o número de profissionais que atuam na tradução e interpretação.

---

<sup>1</sup> Estudante do Curso de Matemática- Licenciatura, - ILACVN – UNILA; bolsista PROEX-UNILA. E-mail: ana.hericks@aluno.unila.edu.br;

<sup>2</sup> Docente /Orientador - UNILA. E-mail: dineia.fellini@unila.edu.br;

Diante desses percalços, o projeto foi proposto com o objetivo de aumentar o número de profissionais na área, e na mesma medida, disseminar a língua, sua estrutura e aspectos voltados a formação dos alunos surdos.

Até o momento, constata-se que embora o número de participantes não seja tão significativo, os resultados estão sendo produtivos, pois com um número menor, as práticas em Libras tem sido desenvolvida continuamente e com uma rotação de práticas que tem auxiliado na aptidão de algumas habilidades que a profissão exige. Ademais, algumas das cursistas já atuam na educação de surdos, e esse fator vem favorecer em melhores práticas e metodologias de ensino, auxiliando também na apropriação de sinais, antes, desconhecidos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Tomando como base de estudo o sujeito surdo que hoje se faz presente na rede regular de ensino por meio de políticas inclusivas, este projeto vem propor uma oportunidade de formação complementar, que atenda a necessidade de profissionais TILS para atuarem diretamente na educação inclusiva.

Partindo a princípio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (Lei nº 9394/96) que prioriza o atendimento a escolaridade de todas às Pessoas com Deficiência no ensino regular (BRASIL, 1996), propiciando assim, a inclusão também dos surdos, elevou assim, o percentual de matrículas nas redes municipais e estaduais de ensino.

Antes de tratarmos sobre a tão discutida inclusão, se faz necessário conhecer o sentido de sua aplicação no sistema educacional diante de outro termo bastante conhecido, a integração, do qual, ambos muitas vezes se confundem, mas que possuem de certa forma, algo em comum quando se trata de pessoas com deficiência. De acordo com Werneck (1997), a inclusão e a integração se apresentam como sistemas organizacionais que partem a princípio, da normalização. Quando utiliza-se o conceito de normalizar, logo entende-se que a pessoa tem sim, o seu direito garantido, tanto na questão da diferença quanto no respeito e atendimento as suas necessidades. Na educação este termo refere-se a oferta de profissionais e outros recursos que auxiliem no seu potencial.

Sendo assim, ao tratar de ambos, a autora coloca que no âmbito do ensino, estes vocábulos encerram numa mesma ideia, ou seja, a inserção das pessoas com

deficiência na escola. Contudo, Werneck (1997, p. 53) destaca que ao nos referirmos a inclusão, logo toma-se a ideia de inserção total e incondicional, ou seja, ela “[...] “exige da escola, uma transformação, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, ela exige rupturas. Nesse sistema educacional, cabe à escola se adaptar às necessidades dos alunos e não o contrário”.

Conforme Goffredo, “inclusão, numa sociedade de excluídos, passa a ser palavra-chave para se alcançar a verdadeira democracia. A cidadania se estabelece pela igualdade dos direitos e deveres, e pela oportunidade de poder exercê-los plenamente” (1999, p.67). Essa cidadania atualmente, também pode estar referida ao contexto de sobrevivência, de poder fazer parte de uma sociedade que estuda, trabalha e tenta usufruir dos bens e serviços ofertados pelas projeções do capital, mas, estes benefícios na maioria das vezes, não são experienciados pela maioria da população que ganha o suficiente para sua manutenção.

Sabe-se que a inclusão ainda não desempenha seu devido papel de colaboradora para a permanência desses grupos, esta comporta sim, alguns requisitos que possibilita à abertura de oportunidades para a entrada tanto ao ensino quanto no campo profissional, porém, a permanência desses sujeitos nem sempre se formaliza, devido à falta de condições do aluno e da escola. Neste último, baseia-se tanto na estrutura quanto no apoio pedagógico especializado. As leis são aplicadas, mas as práticas de exclusão ainda se perduram na escola.

Na formação dos surdos, a situação se agrava com a falta de profissionais habilitados para atuarem como TILS. Este profissional ao dominar a Libras oportuniza ao aluno surdo, o acesso aos conhecimentos e informações, mas isto não é o bastante, a educação inclusiva deixa a desejar quanto as formas de ensino que são aplicadas em nossas salas de aula, tais práticas tendem a homogeneizar nossas classes, descartando qualquer forma de mudanças em sua aplicação.

Padilha reflete sobre isso, dizendo que a escola,

[...] tem um mesmo programa para todos, que não é apropriada por todos; uma abordagem quase que única de avaliação – para os que são iguais e para os que são diferentes, mesmo sabendo que os que são iguais, não são tão iguais assim. Mas a escola fica procurando um jeito de se programar para os que são os mais “iguais” a ela (1999 p: 2).

Quando a autora interpreta que a escola possui um programa de ensino igual para todos os alunos, ela está afirmando que a escola não está adaptada, muito menos preparada para ensinar os alunos de acordo com suas peculiaridades. Neste contexto, os surdos rotulados pela deficiência, e em muitos casos, sem domínio da Libras, se tornam uma parcela dessas pessoas que por necessidade ou obrigação, estão inseridos num contexto de exclusão propriamente dito, pois sua diferença linguística não é priorizada.

### **3 METODOLOGIA**

Trata-se de um projeto teórico-prático, contudo, as aulas apresentam-se em maior aplicabilidade de caráter prático. As aulas ocorrem na cidade de Medianeira – PR, e teve início em março de 2019, com término no mês de dezembro de 2019.

Serão ao todo 20 encontros, no período noturno, uma vez na semana com duração de 02 horas de estudo, totalizando assim, 40 horas. O público alvo deste projeto são pessoas da sociedade que já participaram de cursos de Libras até o nível avançado, do qual o conhecimento da língua já se apresenta apropriado. O número limite de inscrições possíveis a princípio era de 35 pessoas, sendo 30 vagas para a comunidade externa e cinco para a comunidade interna, ou seja, discentes da universidade que já fizeram Libras I e II. Desse total, tivemos inscrições de discentes e demais pessoas da sociedade, contudo, devido à distância, os discentes da Unila inscritos, acabaram desistindo de cursá-lo. Dessa forma, ao todo, atualmente constam inscritos 15 participantes.

Nas aulas, a professora surda visa abordar os aspectos que envolvem a prática de tradução e interpretação da língua de sinais e língua portuguesa. E as atividades práticas que complementam os conhecimentos teóricos englobam diálogos, jogos, brincadeiras, atividades escritas e sinalizadas.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados obtidos estão atribuídos a vários fatores, mas o fator que mais prevaleceu é o interesse em atuar como TILS. Destaca-se como positivo o projeto pois veio sanar vários problemas de caráter social, político e linguístico. Em relação ao domínio da língua, destacamos a questão desses participantes se posicionarem frente as mudanças atitudinais de viés social e linguístico, quanto o interesse em atuar na área, frisamos que neste, aprofunda-se o caráter político, pois a ênfase na

formação de professores deveria ser uma preocupação de todos, inclusive dos responsáveis por uma política igualitária.

## 5 CONCLUSÕES

Quando aprendemos uma nova língua, permitimos que as pessoas que se utilizam dela como língua mãe, sintam-se incluídos e aceitos. No caso dos surdos, quando um ouvinte aprende a língua materna deles, logo se reconhece a importância atribuída, seja pelo interesse em trabalhar na área ou ainda apenas para conversação.

No projeto, entre os vários aspectos já citados, reverbera-se que a atuação como TILS é uma oportunidade a mais dos surdos se sentirem incluídos e participativos socialmente. Além disso, prima-se por mais formações na área que auxiliem tanto na melhoria de práticas pedagógicas quanto na performance de atuação em sala de aula.

## 6 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 04 de setembro de 2019.

GOFFREDO, V. L. F. S de. **Como formar professores para uma escola inclusiva?** Salto para o futuro: Educação Especial. Tendências Atuais/ Secretaria de Educação à Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

PADILHA, A. M. L. **A diferença na escola: Muitas perguntas, algumas respostas.** Revista Recriação, CREIA – Centro de Referência de Estudos da Infância e Adolescência. Corumbá, v.4, n.1, jan./jun./ 1999.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

## 7 AGRADECIMENTOS

Agradeço aos sujeitos surdos, aos participantes do curso, a professora Dinéia Ghizzo Neto Fellini e a PROEX- UNILA.